



Investigações sobre o racismo: contribuições da semiótica francesa

Iara Rosa Farias*

Resumo: Em pleno século XXI, diante de grandes avanços tecnológicos, ainda nos deparamos com atitudes racistas. O racismo está presente, infelizmente, nas práticas discursivas de várias sociedades, cotidianamente. Neste trabalho, pretendemos fazer um percurso histórico do termo raça e de como as suas aplicações afetaram discursos de uma época. Buscamos entender, por esse viés, como o racismo em relação ao negro se tornou possível e permanece até os dias de hoje. Para abordar as transformações decorrentes do uso do termo raça vamos nos pautar nos conceitos de valência e valor apresentados pela Semiótica tensiva desenvolvida no trabalho de Fontanille e Zilberberg (2001). Para fazer o percurso histórico do conceito raça e abordar o seu uso nos discursos, recorreremos aos trabalhos de Mbembe (2014), Munanga (2004), Ianni (2016) e Bonciani (2016), entre outros pesquisadores.

Palavras-chave: Valência; valor; paradigma; raça; racismo.

Horizontes

O Curso de Linguística Geral (CLG) nos apresenta a reflexão de Saussure em torno de muitos conceitos, entre eles valor e paradigma. O primeiro conceito, ainda que discutido no âmbito da linguística, quando levado por Greimas e seus colaboradores à Semiótica, auxiliaram a entender a narrativização do mundo e o jogo discursivo dos textos entre sujeitos (cf. Greimas e Courtés, 2008). A sociedade também pode ser compreendida como uma organização discursiva na qual há trocas e disputas de valores investidos em objetos com diferentes materialidades (Barros, 1988). A noção de paradigma, por sua vez, nos permitiu entender as balizas discursivas e, portanto, as diretrizes sociais de uma época. Os conceitos valor, paradigma, sistema, dentre outros, nortearam reflexões de pesquisadores como Foucault, Lévi-Strauss e Lacan, de tal modo que seus trabalhos, bem como de outros pesquisadores, foram denominados estruturalistas em virtude da forte relação que mantinham com os estudos de Saussure. É interessante observar que os conceitos valor, paradigma e sistema auxiliaram a entender muitas relações

DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.154970

* Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Endereço para correspondência: (irfarias2@gmail.com).

que fogem do âmbito da Linguística. Assim, em *Arqueologia do Saber* (1972), Foucault explicita a construção do discurso da medicina, dos valores constituídos e do estabelecimento do paradigma do discurso médico. Em *O que é um autor?*¹ (2010) o filósofo francês explicita os movimentos na formação do conceito autor em função dos valores, do sistema social e do estabelecimento dos paradigmas de uma ou outra época na qual a autoria era ou não requerida, era ou não admitida.

Neste trabalho, buscaremos, ao lado dos conceitos acima citados, acrescentar o conceito de valência desenvolvido por Zilberberg e Fontanille (2001) e Zilberberg (2012) para elaborar uma hipótese discursiva sobre o conceito de raça e como ele nos chegou aos dias de hoje. Isto é, procuraremos aplicar o conceito de valência da Semiótica tensiva para explicar a constituição de um valor conceitual e do paradigma que permitiu o surgimento do racismo e do discurso racista. Os estudos de Munanga (2004), Ianni (2016), Mbembe (2014) e Bonciani (2016), pesquisadores que se debruçam sobre essa questão social, nos servirão de base para operacionalizar junto ao conceito de valência e entender semioticamente a construção do paradigma que abriga o racismo. Dentro dos limites de um artigo, estamos cientes de que não esgotaremos essa questão abrangente e reiteramos que estamos lançando algumas hipóteses que poderão fomentar críticas e discussões.

1 Por que falar de raça e racismo?

A pergunta que se faz regularmente quando se aborda o racismo no Brasil é: por que falar de racismo se vivemos em uma democracia racial? No entanto, diariamente, nas mídias sociais (Facebook (FB), Twitter, Blogs, Vlogs e Youtube), esse é um tema em pauta seja para denunciar e refletir sobre dele, seja porque circulam enunciados explicitamente racistas². Se entendermos que uma sociedade é um conjunto discursivo, então, podemos dizer que ainda vivemos em uma sociedade racista, porque os textos e discursos de uma cultura veiculam os valores dos sujeitos que nela vivem. Há também discursos antirracistas que também circulam na sociedade brasileira. Em uma visada do global para o local citaremos alguns deles: em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Década Internacional de Afrodescendentes (2015 e 2024) sob o tema “reconhecimento, justiça e desenvolvimento”. A atitude procurou dar destaque às culturas africana e afrodescendente, bem como reconhecer o trabalho de ambas na construção da história mundial. No Brasil, no mesmo ano, uma das ações promovidas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) foi o lançamento de editais para financiar projetos que promovessem a igualdade racial nos âmbitos de pesquisa e de estudo. Também foi instaurado o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), pelo Estatuto da Igualdade Racial, Lei no 12.288/2010. A luta pelos direitos dos negros e afrodescendentes e

¹O título traduzido do texto *Che cos'è un autore?*, da edição Scritti letterari (cf. Referências).

²Em uma rápida pesquisa pela internet é possível observar discursos e contradiscursos racistas a partir, por exemplo, das frases: “casal sofre racismo após publicar foto no Facebook” (sobre postagem da foto de um casal em que a mulher é negra); “somos todos Maju” (sobre os comentários racistas em relação à jornalista Maria Júlia Coutinho); “filha de Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso é alvo de racismo” (sobre comentários racistas sobre a filha de um casal de atores).

contra a sua discriminação teve, anteriormente, a promulgação da lei 10639/2003 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e das culturas africana e afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo país. Esperava-se, depois das ações descritas, que cidadãos brasileiros entendessem a importância da matriz africana na constituição da nossa sociedade e que fossem respeitados negros e afrodescendentes, bem como seus direitos, como os de qualquer cidadão. Mesmo com o cenário discursivo descrito acima, não é incomum observar atitudes racistas.

Diante do exposto acima, buscaremos apresentar um estudo sobre o termo raça que, segundo historiadores, filósofos e sociólogos, contribuiu para construção do racismo. Não nos aprofundaremos nas questões econômicas e políticas específicas ao tema em razão dos limites do artigo e porque não é o foco principal do nosso trabalho. Como dissemos, nos apoiaremos nos conceitos de valência e valor que podem nos auxiliar a explicitar o ponto comum na construção de discursos racistas.

2 Senso comum, racismo advém da escravidão

O senso comum entende que o racismo é resultado de séculos de escravidão. Nessa linha de raciocínio, o fato de o negro ter sido escravizado permite que a sociedade se relacione com ele de forma, para usar um eufemismo, diferenciada. Assim, quem sempre “trabalhou” em atividades domésticas e do campo, durante gerações, seria discriminado econômica e socialmente porque sempre foi atribuído a serviços ditos menores. Ainda, a partir dessa “lógica” negros e descendentes têm menos poder aquisitivo porque trabalham em atividades que não exigem esforço intelectual, porém não se questiona o motivo de isso ocorrer, se em sociedades outras os trabalhos pragmáticos são mais bem remunerados. Procurando entender a estrutura desse raciocínio, buscamos o significado de escravidão e observar-lhe a relação com o racismo. No dicionário temos³:

escravidão⁴

sf.

1 Condição daquele que é escravo; cativo, escravaria, escravatura.

2 Sistema social e econômico fundado na escravização de pessoas; exploração do trabalho escravo; escravagismo, escravatura, escravismo.

3 Condição de falta de liberdade; submissão a uma autoridade despótica.

A primeira e a terceira entradas definem a condição de quem é escravizado (privação da liberdade; submissão), o lugar (cativo) e o comércio implicado (escravatura). A segunda definição faz referência ao sistema social e econômico fundamentado no processo de escravizar outrem. Todo sistema, como nos ensinou Saussure (CLG), nos indica que há uma rede relacional implicada na qual os elementos possuem valores determinados pela própria relação que mantêm. Se aplicarmos a mesma lógica de entendimento, podemos, então, dizer que a escravidão não é um acontecimento aleatório, mas que está vinculado a interações entre

³Recorremos ao dicionário *Michaelis online*.

⁴Suprimimos a entrada 4 e 5 por se tratar de definições com linguagem figurativa que não acrescentariam alguma informação relevante a este trabalho.

sujeitos pelas quais circulam valores que os determinam como sociedade. Isto é, se a escravidão sustenta um sistema social e econômico, então há valores nesses sistemas que circulam e estabelecem as relações entre sujeitos. No entanto, o termo escravidão não esclarece como os sistemas social e econômico construíram suas bases na escravização, nem as consequências advindas. É preciso, então, ampliar a compreensão do termo.

A escravidão não foi uma ação que se iniciou com portugueses, espanhóis e ingleses sobre os africanos negros, ela já existia em outros países. Trabalhos como o de Eric Williams (2012 [1944]), *Escravidão e Capitalismo*, apontam o trabalho escravo como um sistema social existente entre os romanos e outras sociedades mais antigas, como a egípcia e a grega. Por esta razão, Bonciani (2016)⁵ nos alerta que escravidão é um termo amplo e que é por isso um conceito fraco. O pesquisador nos chama a atenção que para entender o processo, e suas implicações, é preciso observar suas configurações específicas no decorrer do tempo, nos continentes e nas relações sociais das sociedades. Por esta razão, ao discutir o tema, o autor se detém na escravidão da época moderna, isto é, “(. . .) nos âmbitos de formação dos estados modernos e nacionais, de desenvolvimento das diferentes fases do capitalismo e dos ordenamentos globais euro-ocidentais, bem como das construções ideológicas associadas a esses processos históricos”⁶. O pesquisador, nos indica, assim, questões relevantes: a) que é preciso fazer um recorte do tipo de escravidão que se quer abordar e b) já nos informa que a escravidão dos africanos negros ocorreu no desenvolvimento do estado moderno da Europa Ocidental cujo expansionismo marítimo tem por organização econômica o capitalismo. Chegamos a um recorte histórico-geográfico para entender o contexto da escravidão, mas as observações de Williams e Bonciani não fazem a correlação de causa e efeito entre escravidão e racismo. Vejamos como as definições do segundo termo podem nos oferecer mais informações:

racismo

sm.

- 1 Teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre as raças (etnias).
- 2 Doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar outras.
- 3 Preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior.
- 4 Atitude hostil em relação a certas categorias de indivíduos.

Na primeira e segunda definições observamos a presença de conceitos que reiteram a noção de um discurso de referência (teoria e doutrina), a ideia de classificação e hierarquia (raça vista como superior). Na terceira definição temos a descrição de uma atitude (preconceito exagerado) e reiteração da noção de hierarquia (raça considerada inferior). A quarta e última definição descreve as qualidades das ações racistas e apresenta a ideia de classificação (certas categorias de indivíduos). As descrições acima nos apontam a relação entre um discurso

⁵Professor e pesquisador da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

⁶Texto sem indicação de página, disponível em: <<http://www.ct-escoladacidade.org/contracondutas/editorias/escravidao-na-historia-antiguidade-e-contemporaneidade/escravidao-na-historia-antiguidade-e-contemporaneidade>> (Acesso em: 03/09/2017).

(teoria ou doutrina), a categorização de sujeitos (raça e etnia) e o estabelecimento de uma hierarquia com ordem de importância (superior/inferior), resultando em determinadas ações (dominação e atitudes hostis de alguns sujeitos em relação a outros).

O que nos chama atenção na descrição do termo racismo é a ideia reiterada de grupo (raça/etnia) e da qualificação da hierarquização, a superioridade e a inferioridade. A classificação qualitativa está relacionada à quantidade e importância que se atribui ao qualificado e depende de um sujeito que realize a categorização. Outro ponto a ser observado é que o dicionário apresenta o par raça/etnia, indicando que o racismo pode ser dirigido a uma raça e/ou a uma etnia.

Os trabalhos de Munanga (2004), Ianni (2016), Mbembe (2014) dizem que raça e etnia não são termos sinônimos; os autores buscam estabelecer uma diferença entre eles, pois o conceito raça foi construído no decorrer do tempo dentro de determinadas condições históricas. Por essa razão, os pesquisadores colocam mais peso nas discussões sobre o conceito raça.

Munanga (2004)⁷ ao abordar o racismo traça um percurso histórico do termo raça e seu uso no âmbito das sociedades europeias:

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em Português como Lineu (1707-1778), o usou para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada. (Munanga, 2004, p. 17, grifos do autor)

E continua:

No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada como a Plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes. (Munanga, 2004, p. 17, grifos do autor)

⁷Nesse texto, Munanga aborda o racismo e suas raízes, os impactos sociais e políticos e ainda a manipulação ideológica do termo etnia. O pesquisador nos alerta que há diversas metodologias para abordar o racismo, inclusive recorrendo à etimologia de raça. Nosso trabalho buscará explicar a aplicação do termo nos discursos sociais e o semantismo que ele carrega desde a sua constituição. Para isso, utilizaremos a Semiótica tensiva, com a ciência de que estamos longe de esgotar o debate.

Como vemos, inicialmente, o termo *raça* não foi utilizado para designar grupos humanos ou para estabelecer uma diferença entre sujeitos e classe social. Com a classificação feita dos grupos humanos realizada não apenas por Bernier, como por outros cientistas do século XVIII, o novo significado de *raça* se estabeleceu e passou a ser usado para esse fim, chegando até os dias atuais, como podemos ver na definição do dicionário *Michaelis online*:

raça⁸

sf.

1 Divisão dos vários grupos humanos, diferenciados uns dos outros por caracteres físicos hereditários, tais como a cor da pele, o formato do crânio, as feições, o tipo de cabelo etc., embora haja variações de indivíduo para indivíduo dentro do mesmo grupo. [A noção de *raça* é bastante discutível, pois deve-se considerar com mais relevância a proximidade cultural do que o aspecto racial.]

2 Conjunto de indivíduos que pertencem a cada um dos grupos humanos, descendentes de uma família, de uma tribo ou de um povo, originário de um tronco comum.

3 O conjunto de todos os seres humanos; a espécie humana, a humanidade.

4 Conjunto de pessoas que apresentam as mesmas raízes étnicas, linguísticas ou sociais.

5 A ascendência ou origem de um povo.

6 Série de gerações que compõem o conjunto de ancestrais de uma família ou de uma pessoa; linhagem.

7 Cada um dos grupos de algumas espécies animais, cujos caracteres físicos que os diferenciam se mantêm ao longo de diversas gerações.

8 Classe de pessoas que revelam possuir certas qualidades que se sobressaem.

9 Qualidade de indivíduo que se supõe ser própria de origem ilustre, como a coragem, a distinção, a elegância etc.

10 Grupo de indivíduos da mesma profissão ou que exercem uma atividade comum.

11 Grupo de pessoas que são normalmente identificadas por seus defeitos ou falhas de caráter.

Nas definições do termo, podemos notar que o conceito de grupo e categorização por traços de identificação ocorre na maioria delas segundo o parâmetro biológico. As entradas 8 e 9 oferecem uma descrição de distinção (qualidades que sobressaem, origem ilustre, elegância).

Mbembe (2014), ao refletir sobre o racismo e a condição do negro nas sociedades contemporâneas, também faz referência às condições históricas do período das grandes navegações. Estas começaram em fins do século XV e começo do XVI com a chegada dos espanhóis ao continente americano e dos portugueses ao Brasil, respectivamente, e os discursos das ciências que, do século XVII ao XIX, foram utilizados para justificar o tráfico de escravos. Depois de François Bernier (séc. XVII), Georges Louis-Leclerc (conde de Buffon), que influenciou naturalistas como Lamarck e Darwin, e, por fim, Carl Lineus (séc. XVIII) têm seus estudos utilizados para realizar a divisão dos grupos étnicos enquanto *raça*. Mbembe (2014, p. 37) descreve esta ação da seguinte maneira:

... ao longo do século XVIII, surgem vários discursos sinceros acerca da natureza, da especificidade e das formas dos seres vivos, das qualidades, traços e características

⁸Retiramos as frases que nos ofereciam exemplo dos usos dos termos por não estarem dentro do contexto de nossa discussão e, pelo mesmo motivo, a linguagem figurada. Este dicionário foi o que apresentou mais definições para a palavra, o que nos levou a elegê-lo como fonte de consulta para nosso trabalho.

dos seres humanos e, até, de populações inteiras, que são especificadas em termos de espécie, gêneros ou de raças classificados ao longe de uma linha vertical (sic).

Segundo este pesquisador, as produções científicas foram tomadas para classificar seres humanos, o que justificaria o tratamento desigual aplicado àqueles que se distinguem. Assim, segundo Mbembe (2014, p. 39), “o conceito de raça – que sabemos advir, à partida, da esfera animal – foi útil para, antes de mais, nomear as humanidades não-europeias” (sic).

Dois ações podem ser observadas nesse processo: a) um processo de triagem no âmbito biológico, e b) a transposição do termo raça do campo biológico para o campo social. Por consequência, temos duas mudanças de valor: a do campo linguístico e a do campo social, entendendo que a sociedade é um sistema, regido pelo sistema linguístico. A definição dos valores linguísticos, como ensinado por Saussure (CLG), está relacionada ao paradigma, bem como valor e paradigma se interdefinem. Podemos aplicar esse entendimento também aos valores sociais (materiais, estéticos, morais ou intelectuais) porque estes são postos em circulação pelos discursos e são, conseqüentemente, investidos semanticamente.

Segundo Fontanille e Zilberberg (2001, p. 15-59), a triagem aponta para valores de absoluto em contraposição aos valores de universo em que existe a mistura. Ambos os valores são explicados na ótica da tensividade como intensidade e extensidade correlatos da valência. Todo valor é antecedido e definido pelas valências que o constituem. Para haver valor, seja de absoluto, seja de universo, existe, portanto, uma intensidade e uma extensidade que são constituintes da valência. Segundo Zilberberg (2012, p. 45), a primeira se relaciona à desigualdade dos afetos que responde de forma instável e desapropriada aos eventos do mundo, enquanto a segunda corresponde à mensuração, constituindo um campo de presença. A intensidade e a extensidade apresentam gradientes que dão a dimensão da relação do sujeito com aquilo que o cerca ou aquilo que ele entende. Assim, temos os gradientes forte/fraco; mais/menos que dão a medida tensiva das focalizações e apreensões do sujeito que enuncia instaurando um campo de presença (Fontanille e Zilberberg, 2001). A partir desse raciocínio, teríamos uma forte intensidade conjugada a uma forte extensidade quando o sujeito no campo da botânica se relaciona com muitas variedades de espécie e um amplo espaço. Teríamos o valor de universo em que a mistura é a condição e o sujeito tem dificuldade de estabelecer a fronteira do campo de presença.

Nestes termos, o conceito raça serve primeiramente para, diante das variedades e da amplitude do espaço, estabelecer a fronteira e tornar as descrições mais precisas. O sujeito precisa fazer escolhas, delimitar espaço e, para isso, estabelece a triagem constituindo, assim, o valor do absoluto. Desse modo, a classificação de uma flora vai atender critérios definidos e pelos quais se estabelece o protótipo. O protótipo conjuga uma alta intensidade e uma estreita extensidade que estabelece um campo delimitado. E uma intensidade forte junto a uma extensidade fraca, ao estabelecer limites, constitui o valor de absoluto que originalmente, como apresentou acima Munanga (2004), elaborou o conceito de raça.

O signo raça foi eficiente para o discurso botânico, mas ao ser importado para o campo biológico não foram consideradas as particularidades do que seria definido: o ser humano. Diferentemente das plantas em que a forma pode indicar uma

diferença na substância (físico-química, molecular e genética), o ser humano pode apresentar diferença na forma (fenótipo), porém ter a substância (genes) comum ou igual nas diferentes etnias. É a constituição genética que estabelece o parâmetro do que é um ser humano e que o diferencia de outras espécies de animais. O fenótipo mostra a variação das adaptações corpóreas ao meio. O valor de universo é aquele que define o ser humano no qual a maior intensidade não permite o protótipo, mas as variedades étnicas (fenótipos), e a extensidade abrange a maior espacialidade (lugares). O valor de universo é aquele em que se tem a mistura que aplicada ao humano considera todas as populações em uma espacialidade quase infinita do mundo, se olhada pelo prisma dos séculos XV ao XVIII.

No entanto, o que ocorreu foi a aplicação do valor de absoluto que buscou a definição e a diferenciação. O sujeito deste ou daquele campo discursivo focaliza mais ou menos segundo aquilo que o afeta (o que observa), isto é, o que lhe chama atenção, mensura (apreende e entende) segundo o que conhece, ou não, elaborando um campo de presença, ou seja, enunciados. Podemos dizer que raça muda do âmbito da botânica para o biológico conservando todo seu conteúdo de triagem porque esse era o objetivo. A intensidade reconhecida pelo discurso biológico é a procura pela maior igualdade de traços em detrimento da diferença, é a menor extensidade da medida em detrimento da expansão e da diversidade do espaço observado. O significado do termo raça contém a triagem porque ele era (e ainda é, como visto nas entradas do dicionário) uma busca pelo valor de absoluto. O mesmo padrão que constituiu a categorização das plantas em grupo distintos foi empregado para os seres humanos e o parâmetro para estabelecer os grupos humanos foi o traço distintivo do fenótipo (cor de pele, textura e cor dos cabelos, cor dos olhos entre outros) a partir de um protótipo (o europeu). Não se realizam escolhas, seleções ou triagem sem parâmetros. Mbembe (2014, p. 10) explica o campo de presença do sujeito que classifica e seu parâmetro de triagem, da seguinte maneira:

[...] o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo com o mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho.

Mbembe (2014) aponta para identidade do europeu como valor de absoluto. Não há, desse modo, lugar para o valor de universo, a co-pertença em que a mistura dos grupos étnicos e dos fenótipos (dos povos não europeus) enquanto intensidade, seja conjugada aos diferentes territórios, materiais (diferentes países) e imateriais (culturas). O mesmo mundo, ao qual se refere Mbembe, constituiria a totalidade das raças e não de uma raça. A raça, nesta lógica de pensamento, seria a humanidade que se distinguiria das raças de plantas e das raças de animais. Com a triagem operada, com os valores de absoluto instaurados, o termo raça transmuta de campo discursivo para descrever o humano e mais tarde regular as interações sociais, como nos conta acima Munanga (2004). Como o sujeito operador das valências, constituindo valores de absoluto, continuou sendo o europeu, a diferença, a distinção, recebe um estatuto disfórico que torna possível a desigualdade. A não-pertença se torna disfórica. Assim, instauradas as valências do pertencimento a tal ou tal raça, constituídos os valores, construídos

os paradigmas, passou-se ao discurso. Mbembe (2014, p. 38-39) nos explica o processo da seguinte maneira:

A primeira grande classificação das raças levada a cabo por Buffon ocorreu num ambiente em que a linguagem acerca dos mundos outros era construída a partir dos preconceitos mais ingênuos e sensualistas, e formas de vida extremamente complexas são trazidas à pura simplicidade dos epítetos. Chamemos a isso o momento gregário do pensamento ocidental. Nele, o Negro é representado como protótipo de uma figura pré-humana incapaz de superar a sua animalidade, de se auto produzir e de se erguer à altura do seu deus. [...] O momento gregário do pensamento ocidental será então aquele ao longo do qual, ajudado pelo instinto imperialista, o acto de captar e de apreender ir-se-á progressivamente desligando de qualquer tentativa de conhecer a fundo aquilo de que se fala. [...] Durante vários séculos, o conceito de raça – que sabemos advir, à partida, da esfera animal – foi útil para antes de mais, nomear as humanidades não europeias (sic).

Assim como a valência explica a qualidade do valor, ela também elucida a instauração do valor no paradigma. Segundo Fontanille e Zilberberg (2001, p. 17), “[...] o paradigma é, no sentido saussuriano, uma estrutura de acolhimento dos valores” e acrescentam: “a valência, a nosso ver, contribui [...] para a significação do próprio paradigma: de fato, todo paradigma pressupõe valências” (Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 17). Isto é, a valência é a anterioridade na qual o valor, quer seja linguístico, quer seja social, ainda não está, digamos, fixado em um paradigma e não está absorvido pelas trocas discursivas de um, ou mais, grupo de sujeitos, enfim, a sociedade. Ao abordar a valência, “trata-se de tentar compreender como, munida de sua definição, uma grandeza semiótica intrinsecamente complexa pode inscrever-se num inventário regrado de oposições” (Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 18).

O significado da palavra raça, antes no interior do paradigma do discurso botânico, que serviu para classificar e estabelecer uma hierarquia às plantas, ao descrever o mesmo processo com humanos, paulatinamente passa a ter lugar no âmbito social, regulando as interações dos sujeitos. Como vimos nos argumentos de Munanga (2004) e Mbembe (2014), logo acima, foi necessária uma temporalidade para que o termo raça fosse aplicado à espécie humana. É nesse lastro temporal que ocorrem as disputas semânticas, com as valências do termo que influenciará as relações sociais, mas de forma ainda difusa, numa anterioridade do termo, um estado de valência antes da instauração do valor. Greimas e Fontanille (1993, p. 44-45) têm uma definição que pode descrever bem esse vir-a-ser do valor, ou seja, a “valência como uma ‘sombra’ que suscita o ‘pressentimento’ do valor” e, assim, o “valor obedece aos critérios impostos pela valência”.

A anterioridade de um novo valor ao signo raça, ou seja, quando o termo passa a realizar a distinção social, está relacionada ao surgimento de um discurso social, que fará parte de um paradigma, e no qual veiculará valores de absoluto como justificativa da diferenciação de seres humanos que podem ou não ser comercializados. O valor de absoluto fará parte e também definirá o paradigma das grandes navegações europeias que chegaram às terras transatlânticas. E tanto o discurso científico quanto outros discursos, entre eles, o econômico, constituem esse paradigma das transformações sociais. Noutros termos, o discurso científico (da medicina, da biologia, da química, das humanidades); o discurso econômico;

o discurso cotidiano (dos meios de informação e das relações intersubjetivas); o discurso religioso e todos os outros vão constituir o paradigma que define a época do comércio transatlântico.

Segundo Ianni (2016), ao se transformar diferenças culturais e de fenótipo em desigualdades, constituiu-se a “racialização”. O termo raça não mais é empregado para categorizar as diferenças supostamente genéticas, mas para expressar desigualdade a partir da suposição fenotípica e com a noção intrínseca de inferioridade e superioridade. A discursivização de uma taxionomia imposta ao termo está vinculada ao parâmetro de sujeito ocidental inserido em um paradigma social e cultural diferentes daquele que classifica. Nas palavras do pesquisador:

[...] a raça, a racialização e o racismo produzem-se na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promovem a *metamorfose da etnia em raça*. A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e processos de dominação e apropriação. (Ianni, 2016, p. 220, grifos do autor)

A racialização transforma o traço fenotípico em diferença para estabelecer uma categorização entre humanos de forma hierárquica (superiores e inferiores), constituindo as condições para o estabelecimento dos discursos sobre as raças desiguais, ou seja, o discurso da diferença que proporciona uma “crença que estabelece uma hierarquia entre as raças” ou oferece as condições de surgir uma “doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar outras” e, por consequência, instituir o racismo.

É na dinâmica das relações linguísticas que o signo linguístico agrega valor e indica o pertencimento ao paradigma. É a língua, assumida pelos sujeitos enunciantes, que fundamenta e estabelece as relações intersubjetivas de uma sociedade. E lembremos que não basta que um ou dois sujeitos utilizem os signos linguísticos para veicular seu conteúdo semântico, é preciso que o sistema social os utilize em suas trocas comunicativas, como diz Saussure (CLG, p. 132): “A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja”.

A observação do mestre genebrino nos faz pensar que se o termo raça saiu do campo da botânica, passou para a biologia e chegou às definições sociais, isso ocorreu porque houve uma coletividade, a primeira, científica; a segunda, social. Outros fatores, pode-se dizer, influenciaram a instauração da racialização e do advento do racismo. Fatores políticos, econômicos e religiosos, porém, é preciso notar que todas construções humanas, todas as relações estabelecidas entre os sujeitos são fundamentadas nos discursos, na veiculação de valores pelos discursos. As trocas de valores econômicos (dinheiro), religiosos (moral), políticos (eleições) só são possíveis em razão dos discursos. É preciso pensar que se existem discursos racistas, houve, e ainda há, valores que os tornam possíveis. É, urgente, pois, refletir sobre os valores de absoluto que o racismo coloca em circulação e pensar se queremos ou não os manter.

3 Conclusão

Como vimos, a nossa abordagem sobre o racismo passou pela análise dos termos escravidão e raça, situadas historicamente. O racismo, diferentemente do que o senso comum nos indica, não é decorrente apenas da escravidão, mas de um processo histórico no qual o deslocamento de campo discursivo do termo raça instaurou as condições para escolhas que, ao mesmo tempo que fizeram parte, também fundamentaram um paradigma discursivo.

Munanga (2004) e Mbembe (2014) nos deram informações relevantes sobre o processo de construção do racismo, apontando a apropriação do conceito raça, das seleções feitas a partir dele e do ponto de vista instaurado para que tal conceito, saído do discurso da botânica, servisse para abordar e descrever relações entre sujeitos de culturas diferentes. Esse processo de seleção, tanto em um campo como no outro, pode ser explicado pelos conceitos de valência e valor que nos explicitaram os fundamentos da triagem, ambos conceitos advindos da Semiótica tensiva de Fontanille e Zilberberg (2001).

O racismo se tornou possível por meio da racialização como descrito por Ianni (2016). Esse processo foi entendido, no nosso trabalho, como o vir-a-ser do racismo, ou em termos semióticos como uma “sombra” do valor ainda não instaurado de fato. Noutros termos, o vir-a-ser do racismo, resultante da triagem, teve um estado valencial enquanto não se instaurava definitivamente como valor de absoluto no paradigma que o tornou possível.

Como nos apontaram Zilberberg e Fontanille (2001), não é no paradigma que nascem os valores, mas na construção de valores que constituem paradigmas, e a intensidade e a extensidade do ponto de vista do sujeito que enuncia instituem o valor. Os signos, pois, estabelecem relações com o paradigma que os acolhe e este os define por sua vez.

Ainda, apontamos que o termo escravidão é amplo, como ponderado, no início deste trabalho, por Bonciani (2016). Para abordar esse tema é necessário considerar as relações entre os sujeitos de uma sociedade e o processo histórico em que ela está inserida.

Podemos dizer, então, que a escravidão dos negros não pode ser entendida como fonte do racismo, mas como resultado de um processo de racialização que, discursivamente, tem seus princípios no conceito de raça.

Neste trabalho, o percurso da construção discursiva do racismo só poderia ser explicado tomando o conceito de valência que explicita o surgimento do valor ou, como dito em *Semiótica das paixões* (Greimas; Fontanille, 1993): *o valor do valor*.

Sabemos que, nos limites de um artigo, não é possível esgotar as possibilidades de análise e reflexão que o tema racismo impõe, mas acreditamos que realizamos uma contribuição para as discussões que continuarão a acontecer. ●

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso*. São Paulo: Editora Atual, 1988, p. 135-156.

- BONCIANI, Rodrigo. *Escravidão na história* – antiguidade e contemporaneidade. 16.11.2016. Disponível em: < <http://www.ct-escoladacidade.org/contracondutas/editorias/escravida-na-historia-antiguidade-e-contemporaneidade/escravida-na-historia-antiguidade-e-contemporaneidade>>. Acesso em: 03/09/2017
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Tradução Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit; Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas/EFLCH-USP, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Editora Vozes/Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Scritti letterari*. Traduzione e cura di Cesare Milanese. Feltrinelli: Milano/Italia, 2010.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semióticas das paixões*. Tradução Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- IANNI, Octavio. *A metamorfose da etnia em raça*. Pro-Posições, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 219-226, mar. 2016. ISSN 1982-6248. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643854>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa/Portugal: Antígona Editores Refractários, 2014.
- MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*.(org.) Brandão, André Augusto P. Niterói: EDUFF, 2004, p. 15-34.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, s/d.
- ZILBERBERG, Claude. *La structure tensive*. Liège/Belgique: Presses Universitaires de Liège, 2012.
- WILLIAMS, Eric. *Escravidão e Capitalismo*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944].

Dados para indexação em língua estrangeira

Farias, Iara Rosa

Investigations on racism: contributions of the french semiotics

Estudos Semióticos, vol. 15, Edição Especial (2019)

ISSN 1980-4016

Abstract: *In this twenty-first century, in the face of great technological advances, we still come across racist attitudes. Unfortunately, racism is present, daily, in the discursive practices of several societies. In this paper, we give a historical background of the term race and how its applications affected the discourse of an epoch. We attempt to understand, from this angle, how racism in relation to the black people has become possible and remains to this day. In order to address the transformations arising from the use of the term race, we will focus on the concepts of valence and value presented by the Tensive Semiotics developed in the studies of Fontanille and Zilberberg (2001). To establish the historical background of the concept race and address its use in speeches, we turn to the work of Mbembe (2014), Munanga (2004), Ianni (2016) and Bonciani (2016) and other researchers.*

Keywords: *Valence; value; paradigm; race; racism.*

Como citar este artigo

Farias, Iara Rosa. Investigações sobre o racismo: contribuições da semiótica francesa. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (www.revistas.usp.br/esse). Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes, José Américo Bezerra Saraiva e Eliane Soares de Lima. Volume 15, Edição Especial, São Paulo, abril de 2019, p. 184-195. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 19/02/2019

Data de aprovação do artigo: 02/03/2019
